

SPM apoia a PEC 134 que propõe cotas transitórias para mulheres no Legislativo

A Secretária de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, esteve nesta quarta-feira, 27/09, na Câmara dos Deputados para demonstrar apoio a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 134/2015. A proposição visa estabelecer cotas transitórias para mulheres no poder legislativo, de 10%, 12% e 16%, por três legislaturas. A SPM defende a proposta com o objetivo de ampliar a participação das mulheres na política e atender uma das premissas do órgão, que é empoderar as mulheres.

[\(SPM/Segov, 28/09/2017 - acesse aqui\)](#)

Atualmente, a Câmara Federal tem 55 deputadas na ativa entre os 513 parlamentares que compõem a legislatura e existem 3 estados - Alagoas, Paraíba e Espírito Santo - que não elegeram nenhuma candidata. No Senado os números são semelhantes e registra-se 13 senadoras de um total de 81 parlamentares. Os resultados das últimas eleições colocam o Brasil na 154ª posição no ranking das Nações Unidas sobre participação feminina no Parlamento, atrás de países como Afeganistão, Iraque e Zimbábue. De acordo com a ONU, pelo menos 85 países já usam reservas de vagas efetivas para mulheres no Legislativo.

Sistema de cotas para mulheres na política é transitório e visa equilíbrio

A secretária de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, ressalta que, quando a mulher está na política, as políticas para a população feminina ficam mais fortes. “Por que nós trazemos para a pauta assuntos que são importantes para as mulheres, como os relativos ao mercado de trabalho, a creches, saúde e autonomia política”, diz.

A secretária destacou ainda que, além da reserva de vagas, também é preciso dar condições para que as mulheres “se candidatem e concorram de forma

justa, nas mesmas condições que os homens”. Isso envolve apoio dos partidos, financiamento adequado e espaço em emissoras de rádio e televisão.

A PEC 134 foi aprovada pelo Senado e por duas comissões da Câmara. A votação do 1º turno, no plenário Ulysses Guimarães, está prevista para terça-feira, 03/10.

SPM debate sobre as políticas de gênero no Conselho Nacional de Assistência Social

Na tarde dessa quarta-feira (20), a secretaria de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, participou do painel “ O Perfil de usuárias do SUAS no recorte de gênero: Empoderamento das mulheres na participação nas políticas de assistência social”, realizada durante a CCVIII Reunião do Conselho Nacional da Assistência Social, em Brasília.

[\(SPM/Segov, 21/09/2017 - acesse neste link\)](#)

Em sua apresentação, a secretaria Fátima Pelaes, ressaltou a importância da titularidade da mulher ao Bolsa Família, apresentando uma pesquisa realizada pelo IPEA.

A secretaria explicou que a SPM trabalha a política de mulheres de forma transversal, perpassando várias áreas, incluindo a assistência social, que na maioria de suas ações tem um público majoritariamente feminino.

A Assistência Social é um dos braços da Rede Nacional de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, com as Casas Abrigo, Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Assistência

Social.

“Precisamos estreitar a parceria para garantir que a política de gênero seja orientador da Rede única de Assistência Social (SUAS)”, propões ao CNAS.

Na reunião foi discutida a proposta de aproximação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do Conselho Nacional da Assistência Social.

A secretária Fátima Pelaes apresentou durante a reunião, a Rede Brasil Mulher - uma estrutura de cooperação formada pela integração de parceiros de diversos setores com objetivo de superar a problemática da desigualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens no Brasil.

“A Rede Brasil Mulher nasce com a proposta de promover a transversalidade entre as diversas áreas e os setores da sociedade. Convido a todos a integrarem nesse propósito. Juntos vamos vencer as desigualdades”, finalizou.

SPM defende igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho, durante audiência pública

Mais de 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros já estão envolvidos no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. São cerca de 44% mulheres e 56% homens, em 122 empresas participantes.

[\(SPM, 31/05/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Os dados foram apresentados pela secretária especial, Fátima Pelaes, em audiência pública realizada ontem (30) na Câmara dos Deputados, que discutiu o empoderamento feminino no mercado de trabalho.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi criado em 2005 e tem como objetivo maior a promoção da igualdade entre mulheres e homens no ambiente do trabalho, no que diz respeito às relações formais de trabalho e à ocupação de cargos de direção.

Fátima Pelaes destacou os resultados positivos já alcançados pelas empresas participantes: 42,3% garantem a licença-paternidade estendida e 87,17% garantem a licença-maternidade de 180 dias. Das 122 empresas que já aderiram ao programa, 65 são públicas, 49 privadas e 8 mistas.

Ela também falou da Rede Brasil Mulheres, uma iniciativa da SPM, para ampliar e fortalecer todas as ações, públicas ou privadas, voltadas às mulheres. E citou como exemplo o Ministério da Saúde, que tem programa específico voltado à saúde da mulher, e o Ministério da Educação, que vai incluir a violência contra as mulheres nos temas a serem abordados nas escolas.

“O enfrentamento à violência contra as mulheres e a promoção da igualdade entre mulheres e homens são desafios impostos a todos os brasileiros, de forma individual ou coletiva, em organizações, empresas, associações, sejam públicas ou privadas”, defendeu Pelaes.

A audiência pública foi promovida pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, da Câmara dos Deputados, por conta do projeto de Lei [2821/08](#), do deputado Renato Molling (PP-RS), que torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição de entidades de representação civil, como sindicatos, fundações, associações e organizações não governamentais. O debate foi coordenado pela deputada federal Soraya Santos, relatora do PL.

Livros didáticos falarão sobre igualdade de gênero a partir de 2019, diz governo

A secretária de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, afirmou nessa terça-feira (9) que os livros didáticos para as escolas públicas contarão, daqui a dois anos, com textos e conteúdo propondo a discussão da igualdade de gênero nas escolas.

[\(G1, 09/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Em evento para discussão dos números divulgados pela pesquisa Datafolha e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em março deste ano, a secretária afirmou que um dos pontos que mais chamou a atenção foi o fato de “muitas mulheres” não reconhecerem no primeiro momento que tinham sido agredidas. A pesquisa aponta 4 milhões de mulheres agredidas em 2016 no país.



A secretária de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes (Foto: Grazielle Frederico/G1)

“As pessoas ainda não sabem o que de fato é a violência.” Fátima Pelaes afirmou ter “enorme preocupação com a nova geração que continua repetindo e sofrendo a violência e de como o machismo está tão forte ainda na sociedade”.

Questionada sobre as declarações do presidente Michel Temer no Dia Internacional da Mulher sobre o papel das mulheres na economia doméstica ou a ausência de mulheres nos ministérios do governo, Fátima afirmou não “julgar o presidente pelo que ele fala mas pelo que ele faz”.

Segundo ela, a Secretaria de Políticas para Mulheres tem avançado nos programas e não teve cortes expressivos em nenhum dos recursos destinados ao combate à violência.

Para a secretária, o “fundamental” é que a desigualdade entre homens e mulheres ainda é muito alta e a violência doméstica é um reflexo disso.

Violência

O juiz Ben-Hur Viza, titular do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, afirmou que, diante da pesquisa Datafolha, “é preciso investimento no combate e na cultura dessa violência dentro de casa”.

“O que contamos para nossos filhos? O que é a história da Pequena Sereia? Ela teve que dar a voz para ganhar um príncipe. O que se propaga com isso?”

Para o juiz, há uma falta de investimento governamental no combate à violência contra mulher, desde a criação de varas especializadas, mas também em uma mudança na maneira como a violência é vista.

“É um filho que vê o pai reagindo com violência por ser contrariado, e entende que pode reagir assim quando suas vontades não forem atendidas.”

Segundo a diretora do Fórum, Samira Bueno, “há diversas frentes em que o

combate à violência contra mulher deve atuar”. Entre essas está a coleta de dados constantes. Samira afirma que o fórum tenta um diálogo com o IBGE para incluir questões sobre violência contra mulher no censo mensal que é feito pelo órgão. Os últimos dados do IBGE sobre o assunto datam de 2009.

Dois a cada três brasileiros já viram uma mulher sofrer violência, mostra estudo

Pelo menos dois a cada três brasileiros já presenciaram uma mulher sofrer violência. É o que revela a pesquisa *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, realizada pelo Instituto Data Folha, Instituto Avon e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentado nessa terça-feira (9), em Brasília.

[\(Portal Brasil, 09/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A pesquisa teve abrangência nacional e foi realizada em fevereiro de 2017. De acordo com o estudo, 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida física ou verbalmente em 2016; 73% da população acredita que a violência contra as mulheres aumentou nos últimos 10 anos; 51% da população viram mulheres sendo abordadas na rua de forma desrespeitosa e 40% das mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio.

A secretária especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, participou da apresentação. “Fizemos uma pesquisa, em parceria com Instituto Maria da Penha, que apresentou dados complementares. Quando falamos de violência contra a mulher, o número de pessoas que afirmam é pequeno, mas quando é explicado o que é compreendido como violência pela Lei Maria da Penha, os números aumentam bastante, são alarmantes”, afirmou.

Leia aqui a íntegra do estudo [“Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”](#)

Segundo a secretária, o que a pesquisa revela é uma melhor perspectiva do que é violência, e ao mesmo tempo é um instrumento valioso de conscientização da sociedade de mudança de comportamento.

“Quando falamos que a cada hora 503 mulheres foram vítimas de violência física no Brasil, percebemos que mais mulheres estão reconhecendo a violência que sofrem, o que possibilita a ajuda para quebrar esse ciclo de violência”, explica Fátima.

Uma ação do governo para combater a violência que está sendo articulada é a Rede Brasil Mulher de uma ampla mobilização nacional que deverá ser anunciada nos próximos dias. “Estamos construindo junto com vários parceiros da sociedade civil, governos, judiciário e institutos internacionais uma ampla mobilização de enfrentamento, prevenção à violência e promoção da igualdade entre mulheres e homens”, conta a secretária.

Treinamento

A apresentação da pesquisa faz parte do Programa “Respostas Eficazes à Violência Contra as Mulheres”, realizado pelo Instituto Avon, pela ONG americana Vital Voices e pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública. O evento acontece em Brasília de 8 a 11 de maio. Participam representantes de cinco estados que fazem parte da Rede de Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

[Apresentação](#) e [relatório analítico da pesquisa](#).

Fonte: SPM

VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

Realização:



Datafolha

Apoio:

Canadá



PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO

66%

dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente em 2016.

47%

dos homens viram outros homens brigando e se agredindo por causa de ciúmes de uma mulher.



73%

acreditam que a violência contra as mulheres aumentou nos últimos 10 anos. **76%** das mulheres acreditam no mesmo.

51%

viram mulheres sendo abordadas na rua de forma desrespeitosa.

ASSÉDIO (mulheres acima de 16 anos no período de jan. a dez. de 2016)

40% sofreram assédio, dos mais variados tipos:

36% receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua.

20,4 milhões de mulheres

10,4% foram assediadas fisicamente em transporte público.

5,2 milhões de mulheres

5% foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento.

2,2 milhões de mulheres

O assédio é mais grave entre adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e entre mulheres pretas:

receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua.

	JOVENS	PRETAS
receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua.	68%	42%
foram assediadas fisicamente em transporte público.	17%	12%
foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento.	11%	5%

foram assediadas fisicamente em transporte público.

foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento.

Fonte: Datafolha/FISP. Metodologia: pesquisa quantitativa com abordagem pessoal em ponto de fluxo. Abrangência nacional (2.073 entrevistas) para o universo de população adulta brasileira com 16 anos ou mais. Módulo de autoquestionário com questões aplicadas somente às mulheres (833 respondentes). Margem de erro de 2,0 pontos para mais ou para menos na amostra nacional e de 3,0 pontos para mais ou para menos na amostra do módulo de autoquestionário. As projeções populacionais consideram os valores mínimos previstos a partir da margem de erro.

VITIMIZAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (acima de 16 anos no período de jan. a dez. de 2016)



503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2016 (**4,4 milhões no ano**)

das mulheres brasileiras relatam ter sofrido **algum tipo de violência** nos últimos 12 meses

29%

25%

31%

32%

Branças Pardas Pretas

Isso significa...

Projeção com base no piso do intervalo de confiança

22% (12 milhões) sofreram ofensa verbal

4% (1,9 milhões) sofreram ameaça com faca ou arma de fogo

10% (5 milhões) sofreram ameaça de violência física

3% (1,4 milhões) sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento

8% (3,9 milhões) sofreram ofensa sexual

1% (257 mil) levaram tiro

Dentre as que sofreram violência...

Quem era o agressor?

61% conhecidos

19% companheiros

16% ex-companheiros



O que você fez?

11% Procurou uma delegacia da mulher



13% Procurou ajuda da família

52% NÃO FEZ NADA



Onde foi a agressão mais grave?

43% Em casa

39% Na rua

Em 75% dos casos de estupro, o autor do crime é próximo à vítima

A imagem estereotipada do estupro, **o maior dos pesadelos femininos**, é mais ou menos assim: um maníaco sexual desconhecido e armado que comete o abuso num beco escuro. Mas as estatísticas mostram que esses casos são minoria entre os **mais de 45 mil estupros - cinco por hora - registrados todo ano** no Brasil.

[\(Revista Claudia, 25/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Segundo um estudo do Instituto Patrícia Galvão de dezembro passado,

crimes sexuais cometidos por **desconhecidos** representam cerca de 25% das ocorrências. Nos outros 75%, o **agressor é do convívio** da vítima: pai, padrasto, namorado, amigo, marido.

“Em geral, eles são o que a sociedade chama de ‘homens de bem’, mas no fundo não respeitam regras nem negativas”, afirma o psicólogo Sergio Barbosa, que há 20 anos trabalha num projeto de responsabilização de autores de violência contra a mulher. “Os parceiros abusam da frase ‘Se não fizer isso comigo, vou procurar quem faça’, e ela se sente obrigada a ceder.”

Ter relação sexual **sem desejar** é estupro. Satisfazer o homem **sob ameaça de ser deixada** é estupro. **Acordar na casa do namorado dopada**, cheia de esperma e sem ideia do que aconteceu é estupro. Esse crime nem sempre é bruto ou deixa marcas como um olho roxo. Também pode vestir uma personalidade romântica, sedutora, embalada por vinho tinto e Marvin Gaye no iPod da sala.

Ele é democrático. Presente em todos os países do mundo, pode ser cometido por um homem inteligente, bonito, bem-sucedido, do aplicativo, mas que é capaz de transformar seu quarto no mesmo beco escuro que você teme. **“Estupro é qualquer penetração, ato libidinoso ou a tentativa de um desses atos praticados sob violência ou grave ameaça”**, resume a defensora pública Ana Rita Prata, coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo. “E violência pode ser de qualquer tipo: física, emocional, verbal e psicológica.”

Reforçar essa definição é ainda mais importante agora que a Câmara dos Deputados tenta passar um projeto de lei reduzindo a pena para **estupro de vulnerável** (menores de 14 anos ou quem não tem discernimento para a prática do ato ou não pode oferecer resistência) que não envolva penetração e sexo oral. Trata-se de proposta do deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), incluída em parecer do projeto apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), que pretende aumentar a punição para a divulgação de crimes sexuais e estupro coletivo.



(Arte: Debora Islas/Getty Images)

Na contramão de avanços, Ramalho tenta retomar uma legislação semelhante à que vigorava antes de 2009. Até então, somente quando havia penetração o acusado era enquadrado por estupro. Se o projeto dele for aprovado, em vez de prisão de seis a 12 anos (chegando a 30 em caso de morte da vítima), o condenado ficará preso apenas dois anos e oito meses.

A mudança ainda está em debate, mas já tem o aval de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - sob a justificativa de que a lei atual é “desproporcional” e acaba não sendo aplicada por juízes das primeiras instâncias, que muitas vezes enquadram o condenado em crimes de pena menor ou os absolve.

Carregar consigo a definição desse crime, assim como você leva um documento de identidade na carteira, portanto, é a principal arma para se prevenir dele. Para a representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, **ter consciência dos vários tipos de estupro é essencial para evitar que ele seja normalizado.**

A empreendedora social Nill Santos, 46 anos, demorou para perceber que o marido, com quem era casada havia dez anos, a estuprava. Um dia Nill chegou do trabalho e ele a esperava de cueca na cozinha. “Disse que iria me usar de todas as formas. Ainda choro quando lembro.” A violência extrema a ajudou a criar coragem para sair de casa e a fundar uma ONG para informar sobre diferentes tipos de violência doméstica.

Idealizada em 2012, a Associação de Mulheres de Atitude com Compromisso Social já promoveu rodas de conversa com mais de mil pessoas, o que rendeu a Nill a indicação ao Prêmio CLAUDIA no ano passado. “A maioria das mulheres que atendemos ainda não sabe que é vítima”, conta. **“E muitos homens também não têm noção de que são estupradores porque acham normal o que fazem.”**

O estupro se alimenta do machismo para agir em silêncio. Às vezes, é cometido sem que vítima e agressor se sintam nesse papel. Isso porque os discursos que legitimam o desejo do homem sobre o da mulher estão introjetados em ambos os gêneros. “Eles têm muita dificuldade em admitir que cometeram abuso; isso leva tempo”, afirma Sergio Barbosa, da Tempo de

Despertar, que realiza rodas de conversa em que homens de todas as classes sociais refletem sobre seus casos.

Segundo o especialista, a primeira reação deles é jogar a responsabilidade na mulher. “Tendem a dizer que ela se insinuou e que não conseguiram se segurar.” O programa tem dado resultado. “A reincidência de violência sexual caiu de 87% para 9% depois de 14 encontros”, diz Barbosa.

Muito Mais Relatos

Ainda há muitas dúvidas sobre o que é violência sexual: 53% dos atendimentos do **Ligue 180**, serviço gratuito de atendimento à vítima de violência, são pedidos de informação. “**Na primeira ligação, as mulheres querem apenas entender o que aconteceu com elas. Na segunda, ligam para denunciar**”, afirma a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes.

A cada ano, a central registra um número maior de relatos de estupro, que hoje representam 4,3% do total – a maioria (51%) é de violência física. As denúncias ao 180 aumentaram dez vezes na última década. Em 2006, o serviço atendia 250 casos por ano. Em 2015, foram 2,7 mil. Só no primeiro semestre de 2016, 2.457.

Essas estatísticas não mostram, necessariamente, que o estupro aumentou no Brasil, mas que **as mulheres estão mais corajosas para relatar um crime que sempre foi pouco ou quase nada denunciado**. Estigma, vergonha, medo de sofrer represálias do agressor e até culpa são as maiores mordças. Por isso, ele está entre os **crimes mais subnotificados** do Código Penal brasileiro.

“O aumento das denúncias tem de ser comemorado porque estamos tirando a sujeira de debaixo do tapete”, diz Juliana de Faria, fundadora do Think Olga, plataforma online de empoderamento feminino. Vários fatores ao longo da última década motivaram a vítima do estupro a quebrar o silêncio.

Criada em 2006, a **Lei Maria da Penha** foi a primeira grande iniciativa nacional para descortinar o tema. Ela deu popularidade à causa. Com ela,

vieram também as delegacias da mulher, políticas públicas e programas específicos de combate à violência de gênero. O Ligue 180 surgiu para garantir acolhimento sem que a vítima precisasse se apresentar - e se expor - pessoalmente à polícia.

A combinação de campanhas nas redes sociais e manifestações nas ruas foram determinantes para dar voz às mulheres. “É como um dominó: alguém tem que ter a coragem de derrubar a primeira peça para que as demais caiam”, afirma Juliana de Faria.

Desde que foi criado, em 2013, o Think Olga lançou duas campanhas nacionais contra a violência sexual, a **Chega de Fiu Fiu** (2013) e a **#PrimeiroAssedio** (2015). A última hashtag foi replicada mais de 86 mil vezes no Twitter, onde mais de 3 mil histórias foram compartilhadas apenas na primeira hora após seu lançamento. A campanha de CLAUDIA **#TemQueFalar** foi outra que incentivou uma série de relatos de leitoras e seguidoras, muitas vezes com pedido de anonimato.

Celebridades também ajudam a transformar casos em denúncias. “Toda vez que uma famosa decide falar sobre o estupro que sofreu, o serviço 180 tem picos de chamadas”, afirma Fátima Pelaes. Xuxa, a cantora Pitty, a atriz Claudia Jimenez e, mais recentemente, a atriz Gisele Itié e a ex-BBB Bella Maia vieram a público para narrar suas histórias de horror.

Precisamos falar

Apesar dos avanços, há um longo caminho pela frente. “Uma vítima a cada 12 minutos ainda é um dado terrível que nos confronta com uma conclusão inevitável: **toda mobilização não tem sido suficiente; é preciso mais e é urgente**”, diz a antropóloga Débora Diniz, pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero, organização feminista não governamental.

A mulher está sob risco de ser estuprada ao longo de toda sua vida (*veja quadro no final da matéria*). **A infância e a adolescência são as etapas de maior vulnerabilidade** - estudo do Ipea mostra que 70% das vítimas que chegam aos serviços de saúde são crianças e adolescentes.

Nesse caso, o risco de o crime ser recorrente é 3,4 vezes maior. “Não tinha referência do que era aquilo”, conta a autônoma Kharine Martins, 34 anos, que foi estuprada pelo pai aos 9. “Doeu muito. Passei a ser compulsiva por sexo e não me envolvo facilmente com os homens.”

As campanhas têm de levar em conta essa variabilidade de tipos de estupro e de público se quiserem motivar novas denúncias. Além disso, é importante garantir um ambiente seguro para acolher o relato da mulher sem questioná-la, culpá-la ou revitimizá-la, desde o hospital, passando pela delegacia e até pelo fórum que vai julgar o processo.

“Quando ela decide procurar um desses serviços, precisa ter **confiança** em quem a ouve”, diz o juiz Marcelo Salmaso, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Autoridades que desconfiam da versão da vítima ainda são comuns. Isso acontece porque o machismo está entranhado também nas instituições. “Ao verem sua moralidade questionada, muitas vítimas desistem da denúncia ou encerram o caso”, relata o promotor Thiago Pierobom de Avila, do Ministério Público do Distrito Federal. Se não bastasse isso, as delegacias especializadas cobrem apenas 8% dos municípios brasileiros.

“A polícia tem perito para atestar que o vidro de um carro foi quebrado num furto, mas não para avaliar cena de um crime de violência sexual”, diz a defensora pública Ana Rita Prata. É preciso investir em exames de DNA e em bancos de amostras de sangue de criminosos, facilitando a identificação do agressor.

Hoje quase 7 mil pessoas cumprem pena por estupro no Brasil. Não se sabe quantos casos terminam em feminicídio porque o crime é computado como homicídio doloso. Mas **as taxas de reincidência em geral são altas.**

“É preciso falar sobre gênero na escola, para que meninos, desde pequenos, aprendam outra masculinidade, não violenta às mulheres”, afirma a antropóloga Débora Diniz. Afinal, educar meninos e meninas, mulheres e homens é a única forma efetiva de combater o horror desses números crescentes.

Cem dias sem políticas para mulheres em SP

Vai e vem de notícias sobre Casa da Mulher Brasileira, na gestão Dória, sugere falta de preocupação com necessidades de políticas de atendimento que visem equidade de gêneros



Em 2013, prefeitura e governo de São Paulo anunciam instalação da Casa da Mulher Brasileira. Até hoje não começou a funcionar

Estranhamente, em 22/03/2017, publica-se uma [foto e matéria](#), em que se acertam “os detalhes finais” para o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira de São Paulo que, segundo a prefeitura, “está na reta final para entrar em funcionamento”, com 90% da obra concluída.

[\(Blog da Redação, 20/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A secretária de Políticas para as Mulheres (SPM/MDH), Fátima Pelaes, teria

se reunido com o prefeito de São Paulo, João Dória, para acertar a contratação dos serviços e manutenção para finalizar a obra.

Denise Motta Dau, a Secretária de Políticas para Mulheres da gestão Fernando Haddad, já tinha informado que, a pedido do João Dória, teria assinado em janeiro de 2017, os documentos necessários para que a Prefeitura de S. Paulo recebesse os recursos destinados à Casa da Mulher Brasileira.

A Casa, segundo todas as pessoas que tiveram oportunidade de visitá-la, está pronta e linda.

Mas, estranhamente, na primeira reunião deste ano, do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, em 16/02/2017, a Secretária Municipal de Direitos Humanos - Patrícia Bezerra - diz não ter informações sobre a situação da Casa da Mulher Brasileira de S. Paulo. Também informa que faltam recursos para mobiliar a Casa, e que não há funcionárias públicas para deslocar para os diversos tipos de atendimento que a Casa permite.

Na segunda reunião do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPMSP - no dia 13 de março deste ano, a atual Coordenadora da Coordenadoria da Mulher, Catarina Rossi, afirma que a verba referente ao documento (que teria sido assinado em dezembro de 2016, e não em janeiro de 2017, segundo ela), teria sido devolvida a Brasília, como soe acontecer com projetos da gestão anterior - para nossa enorme estranheza, visto que se trata de um projeto Federal, iniciado pela Ministra Eleonora Menicucci e endossado pela Secretária Fátima Pelaes.

Na reunião do CMPM-SP em 11/04/2017, a representante da Coordenadoria da Mulher afirma nada saber com relação à Casa, ou a verba correspondente.

As representantes da sociedade civil, eleitas para este Conselho, não só estranham, como se preocupam com o destino deste recurso e do espaço já construído, com demanda se acumulando e, simplesmente, parado, sem que sequer as representantes da Coordenadoria a que a representação das mulheres foi reduzida soubessem informar a respeito.

A matéria acima citada também informa que “além da Casa da Mulher

Brasileira, a SPM também possui mais de R\$ 4 milhões previstos em convênios com a prefeitura da capital paulista. São recursos que irão concretizar mais uma casa de passagem para mulheres em situação de violência, unidades móveis de atendimento à mulher, qualificação profissional técnica, entre outros.”

A nossa preocupação se deve a dois motivos.

O primeiro é a demanda de mulheres vítimas de violência que precisariam ser atendidas. A segunda preocupação é que, a aparente desinformação e falta de notícias (que pedimos, pautando o tema em nossas reuniões, sem termos tido retorno) signifique, na verdade, um desejo da atual administração de desviar esses recursos, bem como a Casa, para outra finalidade que não o atendimento à violência de gênero.

O questionamento se mantém diante do quadro geral que se desenha, nesses 100 dias de gestão de João Dória Jr., pelas demais informações que conseguimos obter, igualmente preocupantes.

Assim, o “ônibus lilás”, que veio de Brasília – um, para o governo Estado (que nunca saiu da garagem) e outro, para o município, que já transportou equipe para lugares distantes de serviços de atendimento à violência de gênero – ao que se soube inicialmente, seria devolvido, porque a Secretaria de Direitos Humanos afirmava que a Prefeitura não tinha recursos para bancar um motorista. E, em nossa última reunião, a informação mudou: a prefeitura não teria recursos para pagar as multas acumuladas “em dias de rodízio”...

A essa falta de informação, soma-se ainda o problema da demanda, por parte da Prefeitura, de troca das Conselheiras representantes das diversas Secretarias – o que não faz, e não indica novos nomes, não atendendo aos pedidos da presidenta do Conselho e das participantes da Sociedade Civil, de uma audiência quer com o Prefeito, quer com a Secretária de Direitos Humanos, quer com a Coordenadora da Coordenadoria da Mulher.

A audiência pedida visava solicitar que o Prefeito instasse as diversas Secretarias a determinar logo quem seriam as novas Conselheiras que seriam suas representantes. Não recebemos qualquer resposta, sendo solenemente

ignoradas.

Mas, sem indicar novas participantes, o que resulta é dificultar a representatividade do Conselho, que é paritário. E, sem desgaste do próprio Prefeito. Ou mesmo da Coordenadoria.

Aliás na primeira reunião deste ano, quando cobramos um posicionamento sobre a extinção da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, a Secretária da SM de Direitos Humanos, tentou nos convencer de que nada perdíamos... É só olhar, para ver.

E, para além da precarização crescente do atendimento à violência de gênero. Também não temos um posicionamento sobre as prioridades deste governo com relação às políticas para as mulheres.

Há quase dois anos, fizemos a Conferência Municipal (e Estadual e Nacional de Políticas para Mulheres) e, a partir das demandas ali expressas, a SMPM-SP anterior sistematizou metas e prazos para cada Secretaria e nos entregaram um documento com essas informações.

Quando tentamos discutir o assunto, a Secretaria de Direitos Humanos nos disse que o Prefeito queria rever, à luz de seu orçamento, o que seria de fato prioritário.

Nossas argumentações não resultaram em nada mas, sem qualquer alternativa de prioridade apresentada nas políticas destinadas às mulheres de São Paulo, continuamos nos baseando nas metas e prazos anteriormente estabelecidos. Afinal, trata-se de Política de Estado, e não de Governo. E, mesmo que quiséssemos ser condescendentes, não há nenhum sinal ou mensagem que nos apresente alternativas.

Em 100 dias de gestão Dória, em São Paulo, e diante das prioridades por ele apresentadas (aliás, ele as apresentou bem no dia em que havia as Pré-Conferências de Saúde da Mulher), o que constatamos é o seu profundo esquecimento(?) do tema.

Tudo se passa como se não existissem mulheres em São Paulo, necessitando de políticas de atendimento e que visem a equidade.

Por **Rachel Moreno**

Ligue 180 recebe denúncias contra participante do BBB

O serviço Ligue 180, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, registrou 58 chamadas no último domingo, dia 9, denunciando um dos participantes do Big Brother Brasil - BBB 2017 por violência física e psicológica contra outra concorrente do programa.

✘ Para a secretária Fátima Pelaes, os números revelam que há uma mudança de comportamento da sociedade brasileira em relação à violência contra as mulheres. “As pessoas passaram a identificar alguns comportamentos machistas e a reconhecê-los como crimes. À medida em que as vítimas têm amparo para denunciar e os agressores são punidos, mais a sociedade torna-se consciente e passa a reagir contra os abusos”.

Outros acontecimentos das últimas semanas, envolvendo celebridades e pessoas conhecidas do grande público, também deixam clara a nova postura dos brasileiros diante da condição de inferioridade que as mulheres em nosso país ainda vivem por conta de conceitos ultrapassados de machismo e patriarcado.

[\(SPM, 11/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“As respostas rápidas de punição aos agressores resultam da mobilização da comunidade, dos movimentos de mulheres e da opinião pública que já não tolera algumas práticas e cobra a responsabilização de quem viola os direitos das mulheres”, avalia a secretária.

Mesmo com estas pequenas mudanças, os números da violência contra as mulheres seguem em ordem crescente, de acordo com os levantamentos do

Ligue 180. E a solução passa por mais conscientização dos direitos femininos, combate ao machismo, promoção da igualdade entre mulheres e homens, apoio integral às vítimas e trabalho de responsabilização dos agressores.

A secretária explica que todo o trabalho da SPM está voltado para esta direção, em ações transversais dentro do próprio Governo e nas iniciativas parceiras e cooperativas com diversas entidades. “A redução das desigualdades e o enfrentamento à violência contra a mulher é uma missão do Estado com toda a sociedade, onde cada cidadão tem um papel importante a desempenhar: construir um mundo mais igual de direitos e oportunidades”, sustenta Fátima Pelaes.

Mulheres brasileiras discutem ações de empoderamento nos EUA

Segundo levantamento do Ministério das Relações Exteriores, muitas mulheres imigrantes brasileiras, mesmo aquelas já estabelecidas no país de destino, ainda necessitam de apoio para superar a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

[\(SPM, 07/04/2017 - Acesse no site de origem\)](#)

Para discutir ações de empoderamento de mulheres imigrantes, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/MDH), a área consular do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Trabalho se reuniram, na tarde dessa quinta-feira (6), com representantes da associação “Brazilian American Center” (BRACE), que reúne lideranças comunitárias da cidade de Framingham, perto de Boston, nos Estados Unidos.

A secretária especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, explicou a

preocupação da SPM em fortalecer ações transversais para garantir autonomia econômica, formação acadêmica e profissionalizante e a melhoria das condições de vida das brasileiras.

“Estamos desenvolvendo essas parcerias com o MRE e o Ministério do Trabalho com objetivo de construir projetos pilotos em parceria com a comunidade, voltados para o atendimento daquelas demandas”, disse.

O secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Natalino Odaloski, informou sobre as diversas ações de economia solidária, por meio do associativismo e cooperativismo que podem ser replicadas nas comunidades brasileiras imigradas.

“Vamos identificar com vocês qual o melhor modelo de gestão que pode ser aplicado na região”.

Além das ações de qualificação profissional, também foi discutida a possibilidade de desenvolvimento de cursos de educação continuada para adultos.

“Muitas brasileiras vêm trabalhar na zona rural nos Estados Unidos, tendo aprendido apenas a assinar o próprio nome. Isso dificulta a vida delas aqui e impede a realização de projetos de ascensão profissional e pessoal”, defendeu Sandra Coelho, membro da BRACE.

Canadá é apontado em evento como exemplo de participação feminina na política

O Canadá foi apontado como exemplo da inclusão de mulheres na política, durante conferência sobre o tema realizada nesta quinta-feira (30) na

Câmara dos Deputados.

[\(Agência Câmara, 30/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A vice-ministra de Relações Exteriores do país, Sarah Fontain-Smith, participou de Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa, promovida pela Secretaria da Mulher da Câmara.

Leia mais:

[Brasil e Canadá debatem situação da mulher nos espaços de poder e decisão \(SPM, 30/03/2017\)](#)

Durante o evento, ela falou sobre as políticas canadenses para garantir direitos e o empoderamento das mulheres. Hoje, o Canadá é um dos países com mais mulheres com nível superior e tem mais que o dobro de participação feminina na política que o Brasil.

“As mulheres estão entrando cada vez mais em negócios, têm oportunidades para aspectos empresariais. Temos mulheres na política, 26% em nível federal. Mas ainda não é suficiente. É preciso mais participação feminina porque, quando mulheres estão envolvidas na política, temos programas que respondem às suas necessidades e interesses e também às necessidades da sociedade no geral”, disse Sara Fountain.

Cultura do brasileiro

Representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman destacou a importância de mudar a cultura do brasileiro para votar em candidatas nas eleições. Ela também citou o exemplo do Canadá como um dos mais exitosos em equidade no mundo.

“Há um histórico de políticas públicas, de ações afirmativas, de cotas, que tem dado certo, e a administração canadense tem um primeiro-ministro que formou um gabinete paritário. Se todos os presidentes e primeiros-ministros agissem desse jeito o mundo caminharia muito mais rápido.”

Na avaliação da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), é importante debater experiências internacionais de sucesso no momento em que a Câmara analisa alternativas de aumentar a participação feminina no Legislativo.

” Estamos aqui, na Casa, discutindo a reforma política, e todas as experiências para ampliar a participação feminina são importantes, assim como experiências para reduzir a violência contra a mulher no País.”

Atualização da lei

Durante a conferência, a secretária de Políticas para Mulheres, Fátima Pelaes, defendeu a atualização da lei no sentido de garantir vagas para mulheres no Legislativo, em substituição à regra atual, que garante 30% de candidatos de ambos os sexos nas chapas que concorrem às eleições.

“A legislação tem 20 anos, mas há um descompasso, porque há a exigência de os partidos cumprirem 30% de cota para candidatas, mas só temos 5% do Fundo Partidário e 10% do tempo de TV.”

Segundo a secretária, não há a menor condição de a mulher fazer campanhas. “Deveríamos partir para a cota de vagas para mulheres no Legislativo”, defendeu, lembrando o exemplo do Chile, que garantiu em lei 40% de vagas a mulheres.

A conferência continua na próxima semana, entre os dias 3 e 5 de abril.

Reportagem - Geórgia Moraes

Edição - Rosalva Nunes